



VIOLAÇÃO DO PAINEL

• Em 27 de junho de 2000, na véspera da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão (PMDB-DF), o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), dizendo agir em nome do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pediu à diretora do Prodasen, Regina Borges, que violasse o painel eletrônico no dia seguinte e tirasse uma lista da votação secreta. No dia 29, Antonio Carlos disse a José Eduardo Dutra (PT-SE) que Heloísa Helena (PT-AL) votara contra a cassação de Estevão. Já em 2001, Antonio Carlos disse a três procuradores que havia uma lista dos votantes e repetiu a declaração sobre Heloísa Helena. Em abril de 2001, a comissão de investigação criada pelo Senado confirmou que o painel fora violado. Regina depôs no Conselho de Ética e detalhou todo o processo. Antonio Carlos e Arruda tentaram se explicar, mas renunciaram para escapar da cassação.

ESCÂNDALO DOS GRAMPOS

• O caso da escuta ilegal na Bahia foi denunciado pelo deputado Geddel Vieira Lima (PMDB) em agosto do ano passado ao então ministro da Justiça Paulo de Tarso. A Polícia Federal começou a investigar e confirmou a denúncia. Os primeiros grampos foram autorizados pela Justiça de Itapetinga, a pedido da polícia, que investigava uma quadrilha de seqüestradores. Meses depois, embora parte dos seqüestradores já estivesse presa, o chefe da Polícia Civil, Valdir Barbosa, solicitou a inclusão de outros nomes. Na nova lista constavam, entre outros, o ex-deputado Benito Gama e a advogada Adriana Barreto, que se diz ex-namorada de Antonio Carlos. Essa segunda lista foi adulterada com a inclusão, a mão, de Geddel e do líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino. Pressionado, Antonio Carlos renunciou à candidatura a presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A revista "IstoÉ" afirmou que o senador admitiu ter sido o mentor dos grampos.